

Conflito e gestão ambiental na zona costeira amazônica: O caso da vila do Camará, reserva extrativista (RESEX) marinha mestre lucindo, Marapanim – Pará – Amazônia – Brasil

Conflict and environmental management in the amazon coastal zone: The case of village of Camará, extrativist reserve (RESEX) marinha mestre lucindo, Marapanim - Pará - Amazônia - Brazil

DOI:10.34117/bjdv6n3-439

Recebimento dos originais: 26/02/2020

Aceitação para publicação: 26/03/2020

Márcia Cristina Santos

Engenheira Ambiental. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/NUMA/UFPA)

Universidade Federal do Pará

Rua Augusto Correa n° 01, Belém-Pará-Brasil

E-mail: marciacristinasantos00@gmail.com

Otávio do Canto

Geógrafo. Doutor em desenvolvimento Rural. Professor Titular. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia

(PPGEDAM/NUMA/UFPA)

Universidade Federal do Pará

Rua Augusto Correa n° 01, Belém-Pará-Brasil

E-mail: odocanto@gmail.com

Rodolpho Zahluth Bastos

Jurista. Doutor em Geopolítica. Professor Adjunto. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/NUMA/UFPA)

Universidade Federal do Pará

Rua Augusto Correa n° 01, Belém-Pará-Brasil

E-mail: rzb@ufpa.br

Norbert Fenzl

Geólogo. Doutor em Geologia. Professor Titular. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/NUMA/UFPA)

Universidade Federal do Pará

Rua Augusto Correa n° 01, Belém-Pará-Brasil

E-mail: nfenzl@gmail.com

Lise Tupiassu

Jurista. Doutora em Direito. Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito
(PPGD/ICJ/UFPA)
Universidade Federal do Pará
Rua Augusto Correa nº 01, Belém-Pará-Brasil
E-mail: itupiassu@gmail.com

Daniel Sombra

Geógrafo. Doutorando em Geografia. Coordenador do Laboratório de Análises Ambientais e
Representações Cartográficas do Núcleo de Meio Ambiente (LARC/NUMA/UFPA)
Universidade Federal do Pará
Rua Augusto Correa nº 01, Belém-Pará-Brasil
E-mail: dsombra@ufpa.br

RESUMO

O presente estudo identificou os conflitos socioambientais existentes e os principais problemas da gestão ambiental na Vila de Camará, na Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Mestre Lucindo. Nesta perspectiva, a relevância deste trabalho consiste em analisar a situação de uma comunidade no interior de uma Unidade de Conservação (UC) amazônica de origem recente, a qual partilha de grande riqueza de recursos naturais. Considerando que a RESEX encontra-se nos estágios iniciais de gestão, a reflexão sobre a existência de tais conflitos e as medidas tomadas pelo órgão gestor, na figura do ICMBio, bem como a proposição de estratégias capazes de reduzir tais embates, tornam este estudo ainda mais importante. As etapas metodológicas realizadas foram: revisão bibliográfica/documental e visitas a campo. Os principais conflitos socioambientais verificados no local foram: distribuição fundiária extremamente conflitante; degradação ambiental na Praia do Lembe e pesca predatória. Ao enfocar a Praia do Lembe, dois conflitos se sobressaem: a construção irregular de barracas (bares e restaurantes) e o descarte de seus resíduos diretamente no mar/mangue.

Palavras-chave: Amazônia; Zona Costeira; Conflito socioambiental; Gestão ambiental; Reserva Extrativista.

ABSTRACT

The present study identified the existing socio-environmental conflicts and the main problems of environmental management in Vila de Camará, in the Marine Ext activist Reserve (RESEX) "Mestre Lucindo". In this perspective, the relevance of this work consists of analyzing a community within a recently established Amazon Conservation Unit (UC) situation, which shares a great natural resources wealth. Considering that RESEX is in the management initial stages, the reflection on the existence of such conflicts and the measures taken by the managing body, in the figure of ICMBio, as well as the proposal of strategies capable of reducing such conflicts, make this study still more important. The methodological steps carried out were: bibliographic / documentary review and field visits. The main socioenvironmental conflicts verified at the site were: extremely conflicting land distribution; environmental degradation at Lembe Beach and overfishing. When focusing on

Lembe Beach, two conflicts stand out: the irregular construction of tents (bars and restaurants) and the disposal of their waste directly in the sea / mangrove.

Key words: Amazon; Coastal Zone; Socio-environmental conflict; Environmental management; Extractive reserve.

1 INTRODUÇÃO

Debater a realidade das amazônias brasileiras é sempre um desafio, tendo em vista as contradições e as singularidades construídas ao longo da história. Situação que se manifesta desde a diversidade biológica até a multiplicidade cultural, econômica e social de uma maneira geral promovida pelos diferentes atores sociais que constroem permanentemente os seus territórios, como os territórios construídos pelos ribeirinhos das várzeas (CANTO, 2007) de maré na zona litorânea, às proximidades do grande estuário amazônico. Neste cenário, os comunitários/extrativistas da Vila do Camará, no interior da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, no seu dia-a-dia e, na estreita relação sociedade/natureza, constroem um pouco daquilo que Homma (2012) aponta como importante elemento responsável pela formação política e socioeconômica da Amazônia.

Esta relação entre sociedade/natureza, quando bem planejada, pode gerar alterações muito positivas nas condições ambientais, por isso a importância de estudar os conflitos e promover a gestão ambiental, caso contrário os problemas relativos à extração de recursos naturais tendem a assumir um papel desfavorável à manutenção e sobrevivência da vida comunitária. Neste contexto, aponta-se que um dos reflexos da má utilização dos recursos naturais é a fragilização dos ambientes, da diversidade biológica e da própria reprodução do modo de vida das comunidades.

De acordo com o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC, 1997), atualmente em seu segundo volume, zonas costeiras comportam diversos ecossistemas de alta relevância ambiental, com a transição de ambientes marinhos e terrestres, além de algumas interações que as tornam frágeis. Ao destacar a Zona Costeira da porção Nordeste do Estado do Pará, verifica-se que esta possui 598 quilômetros de extensão, percorrendo desde a Baía do Marajó até o Rio Gurupi, e abrange 13 municípios (ALMEIDA & JARDIM, 2018). Ainda conforme o PNGC (1997), a maior parte da população mundial vive nas zonas costeiras, e tendências apontam para o processo de intensificação de ocupação dessas áreas. Neste sentido, ao compreender a Zona Costeira paraense enquanto uma das maiores reservas mundiais de biodiversidade (CANTO et. al., 2018), o panorama estabelecido é ainda mais delicado. Os

autores afirmam também que esta zona está sob constante ameaça, apesar da existência de várias Unidades de Conservação (UC's) nas proximidades, e isto se deve ao fato de que a gestão do território está sendo desempenhada de maneira assimétrica, além de que o sistema de gestão territorial é ineficaz.

No município de Marapanim, a situação não é diferente. A cidade abriga uma Reserva Extrativista (RESEX), isto é, uma categoria de UC de Uso Sustentável presente no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), implantado por meio da Lei nº 9.985/2000. A RESEX Marinha Mestre Lucindo foi criada através do Decreto s/n de 10 de outubro de 2014, e conta com um Conselho Deliberativo, o qual foi instituído pela Portaria nº 270/2018. A UC apresenta 26.465 hectares de área e abrange 32 comunidades distribuídas em oito polos. Para Pimentel (2019), as RESEX destacam-se por serem fundamentadas nas demandas das comunidades tradicionais, abarcando aspectos como a regularização fundiária, direitos sobre o território da pesca e seus recursos, além da proteção ambiental. O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), até o presente momento, registrou um total de 352 UC's na Amazônia, sendo 257 de Uso Sustentável e 76 da categoria RESEX.

Dessa maneira, a discussão da presente temática requer a instrumentalização de dois importantes conceitos: conflitos socioambientais e território. Embora à primeira vista estas duas noções pareçam não ter uma correlação evidente, tais definições são, na verdade, indissociáveis. Isto se torna claro a partir da reflexão de Canto (2012), o qual afirma que estudiosos influenciados pelo Materialismo Histórico-Dialético de Marx e Engels destacaram que o território deve ser encarado como algo que vai mais além de um simples espaço, de natureza invariável; mas sim um ambiente em conflito e em construção, de modo contínuo.

Neste sentido, Haesbaert (2004) demonstra que o território abrange a perspectiva material e a simbólica, as quais são influenciadas pelo poder, tanto de dominação pela concepção material, quanto de apropriação pela visão simbólica. E ainda, Pimentel (2019) explica que para Lefebvre, a dominação está ligada ao valor de troca do território, enquanto que a apropriação está relacionada ao vivido ou ao valor do território.

Em seguida, é necessário apresentar as noções de conflito. Dentre as mais diversas interpretações que este termo pode adquirir, pode-se compreendê-lo como parte das relações estabelecidas entre os indivíduos, que sofre influência direta ou indireta do contexto social, o que pode resultar em diversas formas de conflitos, como aponta Almeida (2009). E ainda, alguns estudos de Acselrad (2010) apontam para a “ambientalização” de lutas sociais, em que muitas vezes o discurso rotulado como ambientalista tem de enfrentar o desafio de abarcar a

proteção ao meio ambiente, sem se desvencilhar de questões sociais, como o combate ao desemprego e a pobreza.

Dessa maneira, em situações onde o embate é resultado da disputa pelo controle de recursos naturais inerentes à reprodução social dos mais distintos grupos, configuram-se os conflitos socioambientais. Neste sentido, Fuks (2001) enfatiza a necessidade de considerar que tais disputas enfocam não apenas o uso e apropriação de recursos naturais, como também problemas sociais, já que a garantia de manutenção de um determinado modo de vida está automaticamente aliada à disposição de elementos naturais encontrados em um território.

Complementarmente, Libiszewski (1992) apresenta a relação de interdependência entre problemas ambientais e sociais, ao exemplificar situações onde a escassez de um determinado recurso é constatada, e então começam a surgir implicações sociais, como migração populacional, diminuição das taxas de produtividade agrícola, decréscimo econômico, além do enfraquecimento de instituições e relações sociais. O presente estudo identificou os principais conflitos socioambientais presentes na Vila de Camará. Nesta perspectiva, a relevância deste trabalho consiste em analisar a situação de uma comunidade no interior de uma UC amazônica de origem recente, a qual partilha de grande riqueza de recursos naturais. E por considerar que a RESEX encontra-se em seus estágios iniciais de gestão, a reflexão sobre a existência de tais conflitos e as medidas tomadas pelo órgão gestor, na figura do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), bem como propor estratégias capazes de reduzir tais embates, tornam este estudo ainda mais importante. Destaca-se também que esta publicação é resultado do trabalho do Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente das Amazônias (GPSA-Amazônias), com apoio do Núcleo de Meio Ambiente e da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Pará (UFPA); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no âmbito do Programa Capes/Cofecub. Ce travail a bénéficié du soutien des “Investissements d’avenir” de l’Agence nationale de la recherche française (Ceiba, réf. ANR-10-LABX-25-01).

2 METODOLOGIA

Tendo em vista que a pesquisa é voltada para a solução de problemas a partir da aplicação de conhecimentos, envolvendo interesses locais, esta pode ser caracterizada como aplicada. Além disso, é exploratória, já que tem o intuito de explicitar o problema e/ou elaborar hipóteses, e conta com abordagem qualitativa, a fim de abranger aspectos sociais e ambientais. O objeto da pesquisa são os conflitos socioambientais existentes na Vila de Camará.

Almejando atingir o objetivo proposto, foi necessário executar algumas etapas de cunho metodológico. A primeira delas foi a revisão bibliográfica/documental, a fim de construir um arcabouço teórico-conceitual a respeito do objeto de pesquisa, além de coletar dados secundários relacionados ao estudo. E também foram realizadas visitas a campo, no intuito de dialogar com alguns moradores e assim entender as demandas locais.

Estas visitas foram divididas em dois momentos: as reuniões do Conselho Deliberativo e o processo de levantamento de famílias beneficiárias da RESEX. Durante as reuniões do Conselho, foi possível observar a relação estabelecida entre o órgão gestor da UC, os membros do Conselho, habitantes da RESEX e as demais instituições envolvidas; além das técnicas de gestão que vêm sendo implantadas.

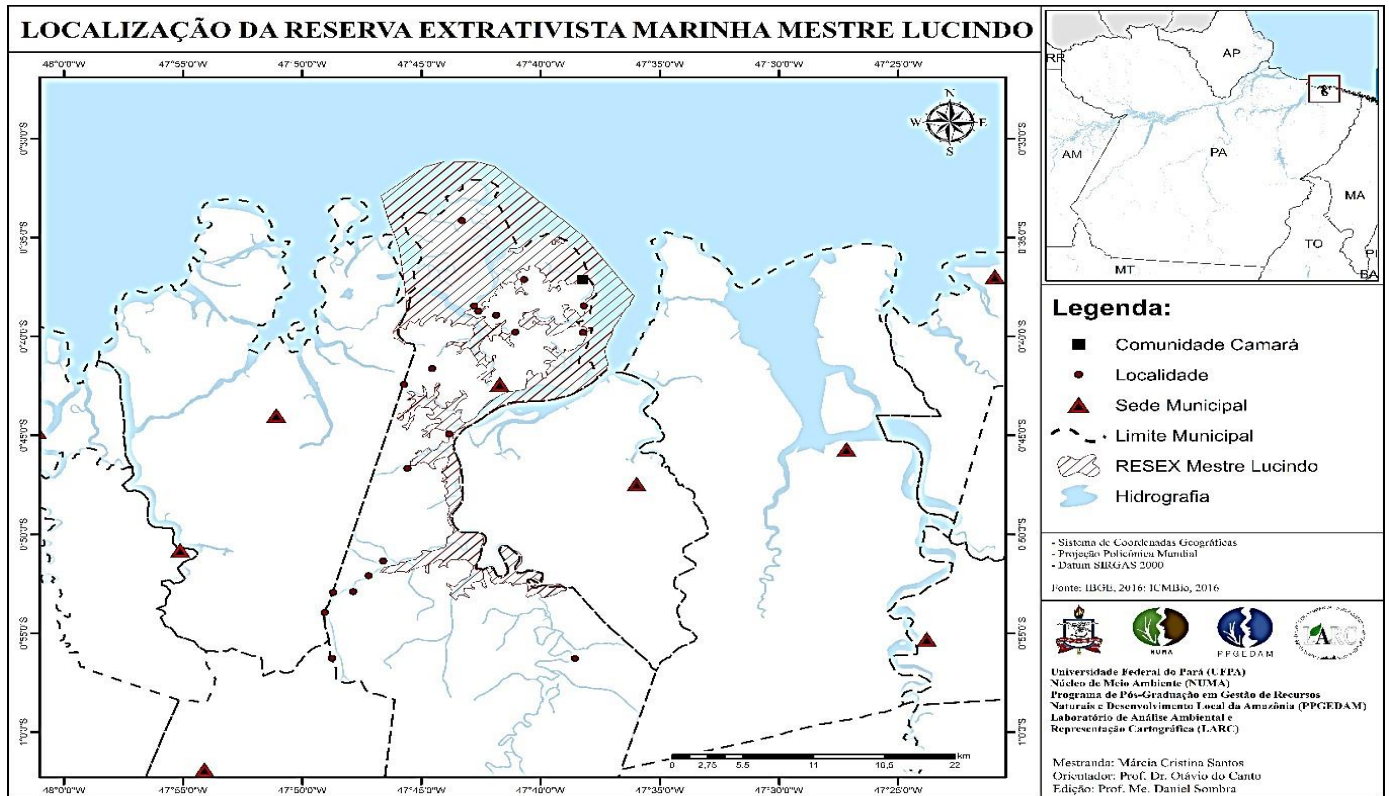
Já o processo de levantamento de famílias beneficiárias da RESEX é uma fase de grande importância para a gestão da Unidade. Nesta fase, uma equipe do ICMBio percorreu todas as 32 comunidades da RESEX e aplicou formulários que abordavam aspectos sociais, econômicos e ambientais. Na seção referente aos aspectos sociais, foi possível conhecer as condições de moradia, as percepções dos entrevistados quanto às condições de escolas, transporte, acesso a serviços e programas de auxílio governamentais, dentre outros.

Já na seção sobre as condições econômicas, haviam perguntas direcionadas ao orçamento familiar e ao modo como ocorre o extrativismo de recursos naturais. E quanto aos aspectos ambientais, os formulários

continham perguntas voltadas à percepção dos entrevistados a respeito dos principais problemas ambientais ocorridos nas comunidades. Tudo isto permite traçar a descrição da família extrativista, e assim talvez futuramente trazer benefícios a esta parcela da população. Durante este processo, foi possível dialogar com alguns moradores da Vila de Camará e identificar os conflitos mais latentes no local. Por fim, a última etapa metodológica da pesquisa foi a análise das informações obtidas.

A área de estudo compreende a Vila de Camará, localizada no município de Marapanim, na mesorregião Nordeste do Pará e microrregião do Salgado. A vila é conhecida pela forte presença da pesca artesanal. Sua praia une-se à de Crispim, e esta formação apresenta cerca de 9.800 metros de amplitude (PALMEIRA, 2012). Por estar localizada no interior da RESEX Marinha Mestre Lucindo, apresenta-se abaixo a figura 1, a qual demonstra os limites da RESEX e a localização da Vila de Camará.

Figura 1: Mapa de localização da Reserva Extrativista(RESEX) Marinha Mestre Lucindo, identificando a Vila de Camará, em Marapanim-PA.



Elaboração: LARC/NUMA/UFPA, 2019.

A vila abriga a Praia do Lembe, ilustrada na figura 2, a qual tem se revelado um destino turístico cada vez mais atrativo por suas belezas naturais. Entretanto, a intensificação do fluxo turístico não tem sido acompanhada por técnicas de planejamento, dando origem a problemas que colocam em risco a biodiversidade local e o modo de vida de seus habitantes.

Figura 2: Ocupação precária, por meio de bares e restaurantes, da Praia do Lembe, na Vila de Camará.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A produção de textos acadêmicos que abordam os conflitos presentes na Vila de Camará ainda é escassa. E isto precisa ser estimulado, principalmente por tratar-se de uma comunidade que está situada no interior de uma Unidade de Conservação amazônica, habitada por populações que possuem o extrativismo como fonte basilar de sua sobrevivência. Deste modo, os resultados da presente pesquisa fundamentaram-se, sobretudo, em vivências de campo.

Durante as reuniões do Conselho Deliberativo, foi possível conversar com representantes da Vila de Camará. Estes apontaram os principais embates verificados na comunidade. O primeiro deles é referente à distribuição fundiária extremamente conflitante. Na vila, esta situação é tão delicada, que todos os moradores, ao serem abordados para uma conversa gravada a respeito deste conflito, se recusaram a participar. Sendo assim, foram realizadas conversas sem registros. E de acordo com os relatos, esta problemática tomou proporções intensas, a ponto de gerar ameaças de morte.

Outro embate destacado durante as falas dos moradores da Vila de Camará foram os impactos ambientais verificados na Praia do Lembe. As barracas instaladas no local despejam seus dejetos diretamente no mar/mangue e, com o aumento do número de visitantes durante a alta temporada de veraneio, novas barracas têm sido construídas irregularmente. Tendo em vista que este é um território de marinha, é necessário considerar as normas de gestão impostas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Alguns dos relatos apontaram também que,

mesmo após denúncias direcionadas à secretaria, não foram tomadas medidas visando a mediação destes conflitos.

E ainda, outro embate verificado durante as conversas e reuniões foi a pesca predatória, técnica que utiliza ferramentas responsáveis pela captura de peixes em fase ainda não apropriada, podendo resultar na redução ou no desaparecimento de espécies. Esta situação se agrava ao considerar que pescadores de outras regiões vêm ao local para pescar, o que intensifica a pressão sobre os recursos pesqueiros criando ainda mais dificuldades para os comunitários.

4 CONCLUSÃO

A partir do conhecimento e das reflexões acerca da realidade em que a Vila de Camará está inserida, foi possível constatar que os principais conflitos socioambientais verificados no local são: a distribuição fundiária extremamente desigual, a degradação ambiental na Praia do Lembe e a pesca predatória. Ao focar a Praia do Lembe, dois conflitos se sobressaem: a construção irregular de barracas (bares e restaurantes) e o descarte de seus resíduos diretamente no mar/mangue. Considerando o exposto, o estudo concluiu que o processo de gestão da Vila de Camará deve estimular o diálogo entre as diversas instituições envolvidas; intensificar ações voltadas para o ordenamento territorial da Praia do Lembe; sensibilizar os seus usuários, por meio da educação ambiental e intensificar a fiscalização local, junto com os órgãos competentes, além de estabelecer canais de comunicação mais eficazes entre a sociedade e as entidades envolvidas, promovendo assim o empoderamento social e a proteção do ambiente e dos seus recursos.

Por fim, dada a dificuldade em encontrar textos científicos a respeito da Praia do Lembe, sugere-se a realização de mais estudos voltados a este local, tendo em vista que o mesmo localiza-se no interior de uma Unidade de Conservação amazônica, e conseqüentemente é portador de grande biodiversidade biológica, étnica e cultural.

Logo, a partir das discussões aqui propostas, é possível concluir que a gestão socioambiental desenvolvida na Vila de Camará deve estimular o diálogo entre as diversas instituições envolvidas; intensificar ações voltadas à educação ambiental, visando sensibilizar os moradores e demais indivíduos que visitem o local; fortalecer a fiscalização por parte da própria população; além de estabelecer canais de comunicação mais eficazes entre a sociedade e as entidades envolvidas, promovendo assim o desenvolvimento local por meio do empoderamento social e proteção ao meio ambiente e seus recursos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, 2010.

ALMEIDA, A. F.; JARDIM, M. A. G. Mudanças socioeconômicas e ambientais resultantes das políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico no litoral do Nordeste do Pará, Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 49, p. 108-129, 2018.

ALMEIDA, J. A construção social de uma nova agricultura. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

BRASIL. Decreto de 10 de outubro de 2014. Cria a Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, localizada no Município de Marapanim, Estado do Pará. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2014.

. Decreto nº 5.300 de 7 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Brasília: D.O.U. de 8.12.2004.

Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Brasília: D.O.U. de 18.5.1988.

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2000.

Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Portaria nº 270, de 4 de abril de 2018. Cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, no Estado do Pará (Processo nº 02122.010584/2016-46).

Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <

Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Brasília, 1997. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80033/0.PNGCII97%20Resolucao05_97.CIRM.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

CANTO, O. do. *Várzea e Varzeiros da Amazônia*. Belém: Ed. MPEG, 2007.

CANTO, O. do. *Conflito socioambiental e (re)organização territorial: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti - Pará*

- Amazônia - Brasil. 270f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CANTO, O. do. et al. Conflitos socioambientais e gestão do território em unidades de conservação na zona costeira do Estado do Pará-Amazônia-Brasil. In: SILVA, C. N.;

OLIVEIRA NETO, A. C.; SOBREIRO FILHO, J. Perspectivas e análises do espaço geográfico: dinâmicas ambientais e uso dos recursos naturais. Belém: GAPTA/UFGA, 2018. v. 1, p. 87-114. Disponível em: <<http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/392>>. Acesso em: 18 de agosto de 2019.

FUKS, M. Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Periódicos Científicos. UFRGS, Porto Alegre, v. 12, n.4, p. 1-20, 2004.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 167-186, 2012.

LIBISZEWSKI, S. What is an environmental conflict? Zurich: Center for Security Studies, 1992. 14p.

PALMEIRA, A. R. O. Biologia da raia *Dasyatis guttata* (BLOCH & SCHNEIDER, 1801) (MYLIOBATIFORMES; DASYATIDAE) no litoral do Pará. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) - UFPB. Paraíba. 2012.

PIMENTEL, M. A. S. Comunidades tradicionais em Reservas Extrativistas marinhas no Estado do Pará: conflitos e resistências. *Ambientes*, v. 1, n. 1, p. 191-218, 2019.